



Prefeitura Municipal de Guanhanes

Estado de Minas Gerais

PROJETO DE LEI N° 07/2018

Súmula: Dispõe sobre a revisão da remuneração dos servidores públicos do quadro próprio de pessoal da Autarquia, Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Guanhanes.


GERALDO JOSÉ PEREIRA, Prefeito do Município de Guanhanes, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Orgânica do Município, encaminha à Câmara de Vereadores do Município, para apreciação e deliberação, o presente Projeto de Lei.

Art. 1º - Fica concedido aos Servidores Públicos ativo e inativos da Autarquia SAAE GUANHÃES, a revisão salarial dos vencimentos em razão das perdas nos anos de 2016 e 2017, nos termos do artigo 37, inciso X, da Constituição Federal.

§ 1º - O percentual a título de revisão salarial, retroativo a 1º de janeiro de 2018, será o de 14,23% sobre os respectivos vencimentos fixados na legislação específica.

Art. 2º - As despesas para execução do presente Projeto-Lei correrão por conta de dotação própria do Orçamento Anual da Autarquia Municipal.

Guanhanes-MG, 23 de fevereiro de 2018.


GERALDO JOSE PEREIRA
Prefeito Municipal

QUADRO DEMONSTRATIVO DO ACRÉSCIMO DA DESPESA COM PESSOAL

Estimativa de Impacto Orçamentário/Financeiro - Prefeitura Municipal (Executivo)

Dados referenciais do exercício anterior						Município		Dados referenciais da projeção Exercício atual e posteriores									
2017								2018		2019				2020			
Valor da despesa fixada						105.136.531,93	Consolidado	2018	111.974.970,11				112.646.619,93		113.435.347,67		
Valor estimado da receita						105.136.531,93	Consolidado	2018	111.974.970,11				112.646.619,93		113.435.347,67		
Pessoal e Encargos no exercício						37.334.277,95	Consolidado	2018	35.387.138,69				35.599.461,52		35.848.657,75		
Pessoal e Encargos realizados (mês atual +11 anteriores)						37.334.277,95	Consolidado	2017/2018	35.387.138,69				35.599.461,52		35.848.657,75		
Receita Corrente Líquida apurada no exercício(*)						72.087.522,62	Consolidado	2018	72.087.522,62				72.520.047,76		73.027.688,09		
Receita Corrente Líquida realizada (mês atual +11 anteriores)(**)						72.087.522,62	Consolidado	2017/2018	72.087.522,62				72.520.047,76		73.027.688,09		
Receita Corrente Líquida Exercício Anterior						72.732.243,10	Consolidado	2017	72.732.243,10				73.168.636,56		73.680.817,01		
Receita Corrente Líquida Estimada p/ Exercício						92.739.298,88	Consolidado	2018	97.434.829,91				98.019.438,89		98.705.574,96		
Despesas Pessoal Exercício Anterior						34.730.650,81	Consolidado	2017	34.730.650,81				34.939.034,71		35.183.607,96		
Despesas Pessoal Projetada Exercício Atual						47.564.744,80	Consolidado	2018	46.716.368,29				46.996.666,50		47.325.643,17		
DENOMINAÇÃO DO CARGO	INFORMAÇÕES SOBRE A DESPESA DE PESSOAL E ENCARGOS													IMPACTOS ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIROS			
	CARGO	NIVEL	GRAU	QDE	PERCENTUAL PROPOSTO	REMUNERAÇÃO ATUAL	REMUNERAÇÃO (PROPOSIÇÃO)	BASE MENSAL ATUAL [A] J(**) COM ENCARGOS	BASE MENSAL PROPOSTA [B] J(**) COM ENCARGOS	IMPACTO DA DESPESA MENSAL [B-A]	BASE ANUAL REMUNERAÇÃO ATUAL [C] J(**)	BASE ANUAL REMUNERAÇÃO PROPOSTA [D] J(**)	IMPACTO DA DESPESA ANUAL [D - C] J(**)	IMPACTO MENSAL (Orçamentário)	IMPACTO MENSAL (RCL)	IMPACTO ANUAL (Orçamentário)	IMPACTO ANUAL (RCL)
Operador de Qualidade I	PAD C	0	0	1	14,23%	1126,14	1.286,39	2.870,42	3.278,88	408,46	37.316,44	42.825,42	5.509,99	0,000004	0,000011	0,000047	0,000074
Operador de Qualidade II	PAD C	XIII	0	1	14,23%	2123,5	2.425,67	5.412,69	6.212,88	800,29	70.363,66	80.767,43	10.403,77	0,000007	0,000021	0,000093	0,000144
Operador de Qualidade III	PAD C	XI	0	2	14,23%	1926,08	2.200,16	4.909,39	5.635,27	725,89	63.822,01	73.258,55	9.436,54	0,000006	0,000019	0,000084	0,000131
Operador de Qualidade IV	PAD C	VIII	0	1	14,23%	1663,82	1.900,58	4.240,91	4.867,96	627,05	56.131,84	63.283,48	8.151,63	0,000006	0,000017	0,000073	0,000113
Ajudante de Serviços	PAD A	0	0	6	14,23%	878,27	1.003,25	2.238,62	2.569,62	331,00	29.102,09	33.405,04	4.302,95	0,000003	0,000009	0,000038	0,000060
Assessor Executivo	PAD U	0	0	1	14,23%	3903,15	4.458,57	9.948,74	11.419,73	1.470,99	129.333,61	148.456,50	19.122,89	0,000013	0,000039	0,000171	0,000285
Controle Interno	PAD F	0	0	1	14,23%	2577,07	2.943,79	6.568,69	7.539,92	971,23	85.393,02	98.018,98	12.625,96	0,000009	0,000026	0,000113	0,000175
Assessor Gestão Ambiental	PAD F	0	0	1	14,23%	2577,07	2.943,79	6.568,69	7.539,92	971,23	85.393,02	98.018,98	12.625,96	0,000009	0,000026	0,000113	0,000175
Assessor de TI	PAD F	0	0	1	14,23%	2577,07	2.943,79	6.568,69	7.539,92	971,23	85.393,02	98.018,98	12.625,96	0,000009	0,000026	0,000113	0,000175
Assistente Administrativo	PAD	X	M	1	14,23%	1941,99	2.218,34	4.949,94	5.681,82	731,88	64.349,20	73.863,68	9.514,49	0,000007	0,000020	0,000085	0,000132
Encandor I	PAD C	XVII	0	1	14,23%	2581,13	2.948,42	6.579,04	7.561,80	972,76	85.527,55	98.173,41	12.645,86	0,000009	0,000026	0,000113	0,000175
Encandor II	PAD C	XII	0	1	14,23%	2022,38	2.310,16	5.164,84	5.917,02	762,18	67.012,98	76.921,32	9.908,35	0,000007	0,000020	0,000088	0,000137
Encandor III	PAD C	VIII	0	2	14,23%	1663,82	1.900,58	4.240,91	4.867,96	627,05	56.131,84	63.283,48	8.151,63	0,000006	0,000017	0,000073	0,000113
Encandor IV	PAD C	V	0	1	14,23%	1437,27	1.641,79	3.863,46	4.206,13	541,67	47.624,95	54.666,63	7.041,69	0,000005	0,000015	0,000063	0,000098
Encandor V	PAD C	II	0	1	14,23%	1241,57	1.418,25	3.164,64	3.632,55	467,91	41.140,29	47.223,18	6.082,88	0,000004	0,000013	0,000054	0,000084
Agente Administrativo - I	PAD C	XIV	0	1	14,23%	2229,68	2.546,96	5.683,23	6.523,54	840,31	73.882,01	84.905,99	10.923,98	0,000008	0,000023	0,000098	0,000152
Agente Administrativo -II	PAD C	XII	0	1	14,23%	2022,38	2.310,16	5.164,84	5.917,02	762,18	67.012,98	76.921,32	9.908,35	0,000007	0,000020	0,000088	0,000137
Vice Presidente	PAD U	0	0	1	14,23%	3903,15	4.458,57	9.948,74	11.419,73	1.470,99	129.333,61	148.456,50	19.122,89	0,000013	0,000039	0,000171	0,000285
Agente Administrativo - III	PAD C	VI	0	1	14,23%	1509,13	1.723,88	3.846,62	4.415,37	568,75	50.006,08	57.399,83	7.393,75	0,000005	0,000015	0,000066	0,000103
Assessor de RH	PAD F	0	0	1	14,23%	2577,07	2.943,79	6.568,69	7.539,92	971,23	85.393,02	98.018,98	12.625,96	0,000009	0,000026	0,000113	0,000175
Agente Administrativo	PAD	VI	0	1	14,23%	1509,13	1.723,88	3.846,62	4.415,37	568,75	50.006,08	57.399,83	7.393,75	0,000005	0,000015	0,000066	0,000103
Técnico Contábil	PAD E	XVII	0	1	14,23%	3337,91	3.812,89	8.508,00	9.765,97	1.257,97	110.603,98	126.957,57	16.353,59	0,000011	0,000034	0,000146	0,000227
Técnico Química	PAD E	XI	0	1	14,23%	2490,79	2.845,23	6.348,77	7.287,49	938,71	82.534,07	94.737,32	12.203,25	0,000008	0,000025	0,000109	0,000169
Engenheiro	PAD U	XI	0	1	14,23%	6675,73	7.625,69	17.015,77	19.531,67	2.515,90	221.204,99	253.911,72	32.706,73	0,000022	0,000067	0,000292	0,000454
Fiscal I	PAD C	XI	0	1	14,23%	1926,08	2.200,16	4.909,39	5.635,27	725,89	63.822,01	73.258,55	9.436,54	0,000006	0,000019	0,000084	0,000131
FISCAL II	PAD C	II	0	2	14,23%	1241,57	1.418,25	3.164,64	3.632,55	467,91	41.140,29	47.223,18	6.082,88	0,000004	0,000013	0,000054	0,000084
Auxiliar de Saneamento	PAD D	X	0	1	14,23%	1972,17	2.252,81	5.026,86	5.770,12	743,26	65.349,23	75.011,58	9.662,35	0,000007	0,000020	0,000086	0,000134
Ajudante de Serviços I	PAD A	XI	0	1	14,23%	1502,14	1.715,89	3.828,80	4.394,92	566,12	49.774,46	57.133,97	7.359,51	0,000005	0,000015	0,000066	0,000102
Ajudante de Serviços II	PAD A	VIII	0	2	14,23%	1297,61	1.482,26	3.307,48	3.796,51	489,03	42.997,22	49.354,66	6.357,44	0,000004	0,000013	0,000057	0,000088
Ajudante de Serviços II	PAD A	VI	0	2	14,23%	1176,97	1.344,45	2.999,98	3.443,55	443,57	38.999,72	44.766,11	5.766,39	0,000004	0,000012	0,000051	0,000080
Ajudante de Serviços III	PAD A	V	0	1	14,23%	1120,92	1.280,43	2.857,11	3.279,56	422,44	37.142,47	42.634,25	5.491,78	0,000004	0,000011	0,000049	0,000076
Ajudante de Serviços IV	PAD A	III	0	5	14,23%	1016,7	1.161,38	2.591,47	2.974,63	383,17	33.689,07	38.670,23	4.981,17	0,000003	0,000010	0,000044	0,000069
Presidente	PAD U	VI	0	1	14,23%	8230,61	9.574,93	13.332,30	15.303,58	1.971,28	173.319,92	198.946,51	25.626,58	0,000018	0,000053	0,000229	0,000355
Auxiliar de Serviços Gerais	PAD A	V	0	1	14,23%	1120,92	1.280,43	2.857,11	3.279,56	422,44	37.142,47	42.634,25	5.491,78	0,000004	0,000011	0,000049	0,000076
Pedreiro	PAD C	V	0	1	14,23%	1437,27	1.641,79	3.863,46	4.206,13	541,67	47.624,95	54.666,63	7.041,69	0,000005	0,000015	0,000063	0,000098

José Rainero Barbosa Melo
Contador CRC-MG 65.462/O-0
CPF: 543.422.366-72

TOTAIS PROJETADOS		49	75.538,26	86.287,35	192.539,47	163.178,88	28.452,38	2.117.934,18	1.794.967,67	369.880,92	0.000254	0.000782	0.003303	0.0051310
PROJEÇÕES DO IMPACTO MENSAL/ANUAL NA EXECUÇÃO [B] - [A] e [D - C]														
Apuração do Cumprimento Legal				Impacto no exercício - 2018				Projeção nos exercícios subsequentes						
Referencia dos dados				No mês	%	No Exercício	%				2.019	%	2.020	%
Receita Corrente Líquida				72.087.522,62		72.087.522,62					98.019.438,89		98.705.574,96	
(A)Pessoal e Encargos no Exercício				35.387.138,69	49,09	35.387.138,69	49,09				35.599.461,52	36,32	35.848.657,75	36,32
(B)Pessoal e Encargos - Impacto (Acréscimos)				28.452,38	0,01	369.880,92	0,13				372.100,21	0,09	374.704,91	0,09
(C)Montante Pessoal e Encargos Base de Apuração Limite Legal				35.415.591,07	49,10	35.757.019,61	49,22				35.971.561,73	36,41	36.223.362,66	36,41
Limite 90% (§ 1º, Inciso II, art.59)				35.034.535,99	48,60	35.034.535,99	48,60				35.244.743,21	48,60	35.491.456,41	48,60
Limite Prudencial (Parágrafo Único, art. 20 LRF)				36.980.899,10	51,30	36.980.899,10	51,30				37.202.784,50	51,30	37.463.203,99	51,30
Limite Legal (Artigo 20 LRF)				38.927.262,21	54,00	38.927.262,21	54,00				39.160.825,79	54,00	39.434.951,57	54,00
(*) [Nota, sujeitos a alterações, devido a consolidação da receita corrente dos entes Intra - OFSS]														
ORDEN DE CONTROLE 007/2018														

Fonte: (Dados extraídos dos Sistemas de contabilização consolidada do Município)

Guanhães - MG, 22 de fevereiro de 2018

Jose Rainero Barbosa Melo
 Contador CRC-MG 65.462/O-0
 CPF: 543.422.366-72



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUANHÃES

PRAÇA NÉRIA COELHO GUIMARÃES 100 – CENTRO – GUANHÃES-MG

DECLARAÇÃO DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO

Declaramos para fins de atendimento ao disposto no inciso II, do artigo 16 da Lei Complementar nº 101/200 – Lei de Responsabilidade Fiscal, que o pretendido acréscimo relacionadas as despesas decorrentes reajuste piso salarial do SAAE - Projeto de Lei ____/2018 de autoria do Sistema Autônomo de Água e Esgoto de Guanhanes em consonância com o Executivo Municipal; projetam um impacto na execução orçamentária/financeira, de comprometimento ao limite legal, neste exercício financeiro e nos dois subsequentes, conforme dados do anexo "Quadro Demonstrativo do Acréscimo da Despesa com Pessoal" parte integrante desta declaração. Neste exercício Financeiro, o acréscimo da despesa relativa ao reajuste da remuneração dos servidores do órgão citado, alcança o valor mensal, inclusos com (vencimentos, encargos e reflexos) na ordem de **R\$ 28.452,38**, com impactos respectivos de: **0,01%**(pontos percentuais) e **0,01%**(pontos percentuais) dos valores da despesa fixada e Receita Corrente Líquida consolidada apurada neste exercício. Já com relação ao montante anual, esta projeção depreende ao valor de **R\$ 369.880,92** apontando respectivamente: **0,33%**(pontos percentuais) e **0,13%**(pontos percentuais) dos valores fixados da despesa orçamentária e da Receita Corrente Líquida consolidada apurada nos últimos doze meses.

Considerando que os dispêndios de pessoal e encargos já com acréscimos pleiteados, projetam-se uma base de cálculo nos últimos doze meses, ao montante de **R\$ 35.757.019,61**, com índice de **49,22** (quarenta e nove inteiros vinte e dois centésimos, por cento), da receita corrente líquida realizada no período compreendido; constata-se portanto, que há adequação ao cumprimento dos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal; inegavelmente, compreendido dentro do **limite (51,30% - limite prudencial) com, margem de 2,08% (Pontos percentuais)**, permitidos pela legislação Federal em vigor com adequação nos termos dos instrumentos de planejamento municipal para o exercício financeiro em vigor e nos dois subsequentes; **PPAG – Lei nº 2.809/2017 LDO - Lei nº 2.789/2017 e LOA- Lei nº 2.808/2017.**

Em relação aos exercícios posteriores subsequentes, informamos que os valores serão executados na mesma proporção, conforme quadro anexo, da Estimativa de impacto orçamentário/financeiro" **ordem de controle 007/2018.**

Guanhanes/MG, 22 de fevereiro de 2018 .

José Rainero Barbosa Melo
Contador CRC-MG 65.462/O-0
CPF: 543.422.366-72

Protocolo 229
Recbi em
23/02/2018
[Assinatura]

PM/CSEE

1) Elaborar parecer jurídico.

Harrison da Costa e Souza Neto
Procurador Municipal
Matrícula: 7121
OAB/MG 161.112


26/09/2018
15:33

João Roberto de Almeida
Advogado
OAB/MG 161.112



MUNICÍPIO DE GUANHÃES
ESTADO DE MINAS GERAIS

PARECER JURÍDICO

SOLICITAÇÃO DE PARECER JURÍDICO PRÉVIO –
JURIDICIDADE – REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES DO
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO - SAAE

RELATÓRIO

Trata-se de pedido de parecer jurídico solicitado pela Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Guanhães SAAE, quanto à legalidade do projeto de lei que "Dispõe sobre a revisão da remuneração dos servidores públicos do quadro próprio de pessoal da Autarquia, Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Guanhães."

Foi encaminhada minuta de **Projeto de Lei** para análise e parecer prévio sobre a juridicidade do instrumento legal

É o relato do necessário, passo a opinar.

FUNDAMENTAÇÃO

Ab initio, é preciso destacar que as proposições de lei podem apresentar duas categorias de vícios de inconstitucionalidade.

O primeiro diz respeito às regras do Processo Legislativo, que envolve obediência a seus ritos e formalidades. É o chamado vício formal.

O segundo diz respeito ao próprio conteúdo apresentado pela espécie normativa. É a matéria propriamente dita, os conceitos e idéias que serão regulados pelo instrumento legislativo correspondente.

O professor Pedro Lenza leciona:

"Em decorrência de todos esses detalhes é que se estabelece um controle prévio ou preventivo, realizado não só pelo Legislativo (Comissões de Constituição e



MUNICÍPIO DE GUANHÃES
ESTADO DE MINAS GERAIS

Justiça), como também, pelo Executivo (por meio do veto)(...)"

(LENZA, Pedro. Direito Constitucional Esquematizado. 17 ed. rev. atual. ampl. São Paulo: Saraiva, 2013)

Nesse sentido, percebe-se que o Poder Executivo deve realizar o controle antecipado de constitucionalidade das leis exaradas pelo Poder Legislativo, utilizando para isso o ato de veto ou sanção.

É o que dispõe a Lei Orgânica do Município de Guanhães:

Art. 75 - A proposição de lei, resultante de projeto aprovado pela Câmara Municipal, será enviada ao Prefeito que, no prazo de quinze dias consecutivos, contados da data de seu recebimento, aquiescendo, a sancionará.

§ 1º - Se o Prefeito Municipal considerar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, no prazo de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Câmara os motivos do veto.

Constata-se que cabe ao Prefeito Municipal realizar o controle preventivo de constitucionalidade, obedecendo fielmente aos mandamentos da lei e da Constituição Federal, que estabelece as regras cogentes atinentes ao Processo Legislativo.

Entretanto, cabe **somente ao Poder Legislativo** efetuar o controle de todos os **aspectos formais** do Processo Legislativo.

Considerando que o Poder Legislativo Municipal possui suporte jurídico próprio, é de se inferir que a aprovação do projeto de lei a que se refere este parecer deverá obedecer aos ditames constitucionais e legais vigentes, no que diz respeito aos aspectos formais do Processo Legislativo.



MUNICÍPIO DE GUANHÃES
ESTADO DE MINAS GERAIS

Ressalva-se, contudo, dentre os aspectos formais de juridicidade, a observância da competência constitucional para legislar e da iniciativa em se deflagrar o processo legislativo, uma vez que tais aspectos podem ser analisados quando da consideração da própria matéria a que se propõe regular a lei.

Desse modo, proceder-se-á, doravante, à análise dos aspectos materiais do referido **Projeto de Lei** e, em relação aos aspectos formais, unicamente daqueles ressalvados anteriormente.

DA COMPETÊNCIA PARA LEGISLAR

A Constituição Federal de 1988 estabelece a competência legislativa dos entes federados:

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

Sobre o tema, o professor Pedro Lenza assevera:

"(...) o interesse local diz respeito às peculiaridades e necessidades ínsitas à localidade. Michel Temer observa que a expressão 'interesse local', doutrinariamente, assume o mesmo significado da expressão 'peculiar interesse', expressa na Constituição de 1967. E completa: 'Peculiar interesse daquela localidade'. (LENZA, Pedro. Direito Constitucional Esquematizado. 17 ed. rev. atual. ampl. São Paulo: Saraiva, 2013)

Já o doutrinador Edson Jacinto da Silva esclarece:

"Por interesse local, devemos entender aqueles assuntos que, de forma direta ou indireta, atinjam a todos os cidadãos, bem como a administração do Município. Pois essa permissibilidade constitucional autoriza o Município a criar obrigações, cargos, funções, serviços ou outras atividades de caráter público que venham atender a comunidade como um todo." (DA SILVA, Edson Jacinto. Manual do Assessor Jurídico Municipal. 7 ed. rev. atual. Leme (SP): JH Mizuno, 2017).



MUNICÍPIO DE GUANHÃES
ESTADO DE MINAS GERAIS

DA INICIATIVA PARA SE DEFLAGRAR O PROCESSO LEGISLATIVO

Segundo o Excelentíssimo Desembargador Kildare Gonçalves

Carvalho:

"O primeiro ato do processo legislativo é a iniciativa. A iniciativa deflagra e impulsiona o trâmite legislativo. Por meio dela o titular legislativo competente encaminha projeto de lei, depositando-o junto à Mesa da Casa Legislativa competente (Câmara dos Deputados ou Senado Federal), objetivando sua aprovação, para afinal se converter em lei". (CARVALHO, Kildare Gonçalves. Técnica Legislativa. 5 ed. rev. atual. ampl. Belo Horizonte: Del Rey, 2010.)

Nesse sentido, dispõe a Lei Orgânica do Município de Guanhanes:

Art. 72 - É de **exclusiva competência do Prefeito Municipal** a **iniciativa** das leis que:

I - disponham sobre a criação de cargos e funções públicas da administração direta, autárquica e fundacional, e a fixação da respectiva remuneração, exceto os Secretários Municipais, no que diz respeito a sua remuneração;

II - estabeleçam o sistema jurídico dos servidores públicos, dos órgãos da administração direta, autárquica e fundacional, incluindo provimento de cargo, estabilidade e aposentadoria;

III - disponham sobre a estruturação e a extinção da Secretaria Municipal;

IV - fixe o quadro de emprego das empresas públicas;

V - estabeleçam os planos plurianuais;

VI - determinem as diretrizes orçamentárias;

VII - estimem os orçamentos anuais;

A matéria objeto de regulamentação do **Projeto de Lei em análise** "Dispõe sobre a revisão da remuneração dos servidores públicos do quadro próprio de pessoal de Autarquia, Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Guanhanes."



MUNICÍPIO DE GUANHÃES
ESTADO DE MINAS GERAIS

Logo, pertence ao rol de competência de iniciativa exclusiva do Prefeito Municipal, nos termos da Lei Orgânica do Município de Guanhães, razão pela qual não há qualquer vício nesse sentido.

DO ASPECTO MATERIAL - A JURIDICIDADE DO OBJETO
REGULADO PELO PROJETO DE LEI.

A constituição Federal em seu artigo 37 inciso X estabelece o que se segue:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...)

X - a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices;

Diante ao exposto, nota-se que a matéria regulamentada pelo **Projeto de Lei** está em conformidade com os princípios constitucionais vigentes.

Mister salientar que, anexo ao projeto, segue declaração de impacto orçamentário/financeiro, que assegura obediência aos ditames da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Destarte, é o parecer no sentido de reconhecer a juridicidade do conteúdo jurídico em análise, não apresentando vício material que impeça o prosseguimento do devido processo legislativo, a ser executado pelo Poder Legislativo Municipal.



MUNICÍPIO DE GUANHÃES
ESTADO DE MINAS GERAIS

CONCLUSÃO

Pelo exposto, verifica-se que o projeto apresentado a esta Procuradoria cumpre os requisitos de legalidade, constitucionalidade e juridicidade, não existindo razões jurídicas que obstem o prosseguimento do devido Processo Legislativo.


Guanhães, 27 de Fevereiro de 2018.

Elaborado por:



Welbert de Souza Costa
Estagiário de Direito CIEE/MG

Ratifico *in totum*, o bem elaborado parecer.



Harrison da Costa e Souza Neto
Procurador Municipal
Matrícula: 7121
OAB/MG: 161.112